

Artigo

Pelo fim da violência contra as mulheres

25 de novembro é Dia Internacional de luta pelo fim da violência contra as mulheres. A proposta de celebrar esta data surgiu no I Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em 1981, e foi escolhida para homenagear as irmãs Mirabal (Minerva, Pátria e Maria), da República Dominicana, que, em 1960, durante a ditadura Trujillo, foram brutalmente assassinadas.

A violência contra as mulheres tem suas bases na existência de relações desiguais entre homens e mulheres. São sustentadas pela construção social do ser mulher como gênero feminino inferior ao ser homem como gênero masculino. Como decorrência dessas relações desiguais de gênero, todas as mulheres estão sujeitas a esse tipo de violência simplesmente por serem mulheres, e, por isso, chamamos de violência sexista.

Particularmente para nós do movimento sindical esta é uma data que nos permite denunciar e reafirmar a luta pelo fim de todas as manifestações de violência contra as mulheres, especialmente aquelas que ocorrem no âmbito do trabalho.

O desequilíbrio de poder nos locais de trabalho e as condições precárias de emprego de grande parte das mulheres expõem milhares de mulheres a diversas formas de violência e de controle sobre seus corpos. Existe uma considerável quantidade de empregadores que controlam os horários em que as mulheres podem ou não ir ao banheiro, que tem rígidas regras sobre as roupas das mulheres a serem utilizadas, que em nome de um "controle de qualidade" chegam inclusive a impor que as mulheres devem tomar remédios e hormônios para não menstruarem.

A desigualdade salarial, a restrição na contratação, as dificuldades na ascensão a cargos de chefia, o inaceitável assédio sexual e moral, e a cobrança em cumprir horas extras tem em seu alvo prioritário também as mulheres.

Nada justifica a violência sexista, entretanto, ela ainda é considerada algo atual na vida das mulheres, como se fizesse parte do destino. Em muitos casos, há uma tentativa de justificar a violência sexista pela maneira como a mulher se comporta, ou seja, que ela mesma provoca e é culpada pela violência. Não é possível aceitar o absurdo discurso de responsabilização das mulheres, muito mesmo a idéia de que "mulher gosta de apanhar". Trata-se de expressões, em si mesmas, já absurdamente violentas, que banalizam e chegam até mesmo a legitimar os elevados índices de crimes contra as mulheres que ocorrem em todo nosso país.

Fruto da mobilização e das lutas dos movimentos sociais e do movimento feminista conquistamos a Lei Maria da Penha, importante instrumento no enfrentamento à violência sexista. Esta Lei altera o Código Penal brasileiro possibilitando a prisão em flagrante do agressor e impedindo penas alternativas aos crimes de violência contra as mulheres ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. Esta Lei foi conquistada há três anos, e vem sendo fundamental no enfrentamento à violência contra as mulheres. Entretanto, em nossa sociedade fortemente machista, esta Lei vem encontrando uma série de barreiras para ser aplicada, e constantemente é alvo de questionamentos. Não nos calaremos diante de manifestações de violência sexista – Violência Contra as Mulheres, Tolerância Nenhuma.

Rosane Silva, secretária da Mulher Trabalhadora da CUT

Após pressão, BNB sinaliza com antecipação do 13º e tíquetes

Foto: Secretaria de Imprensa



A notícia foi dada durante a reunião da mesa permanente realizada dia 27/11 (pág. 6)

BNB: funcionários tiram dúvidas sobre ação da licença-prêmio

No dia 3/12, o SEEB/CE reuniu os excluídos da ação da licença-prêmio para tirar dúvidas sobre a ação e o retorno do benefício (pág. 3)

BB: trabalho aos sábados não foi comunicado ao Sindicato

No dia 28/11, cerca de 50 funcionários trabalharam sem acordo prévio com a entidade (pág. 3)

Estácio FIC oferece 20% de desconto para sindicalizados

Para os cursos de pós-graduação, os descontos são de 10% (pág. 5)

Santander estende seguro de vida para banespianos

A conquista veio após muita pressão dos sindicatos (pág. 5)

Mais uma vez, Caixa decepciona os empregados

Foto: FENAE



Em mais uma rodada de negociação realizada dia 2/12, a Caixa Econômica Federal frustrou a expectativa dos seus empregados. O banco apresentou apenas as linhas gerais do Plano de Funções Gratificadas (PFG). Na ocasião, o Sindicato dos Bancários do Ceará, representado pelo diretor Marcos Saraiva, apresentou um estudo sobre os exaustores das bancas de penhor e cobrou melhores condições de trabalho para esses empregados (pág. 5)

Aumentam números da AIDS nas cidades do interior do País

Em queda nos grandes centros urbanos, epidemia de Aids cresce no interior do País. De 1997 a 2007, a taxa de incidência aumentou em municípios com menos de 50 mil habitantes

Os grandes centros urbanos do País – onde estão concentrados 52% dos casos de Aids – registraram queda de 15% na taxa de incidência da doença entre 1997 e 2007. Nesse mesmo período, a incidência nos municípios com menos de 50 mil habitantes dobrou, revelando que a epidemia caminhou para o interior do País. Em 1997, a taxa nas cidades com menos de 50 mil habitantes era cerca de oito vezes menor do que a registrada nas cidades com mais de 500 mil pessoas. Em 2007, essa relação caiu para três vezes.

A análise foi realizada pelo Ministério da Saúde, que elaborou um panorama detalhado dos casos de Aids nos 4.867 municípios brasileiros onde já foi notificada, pelo menos, uma ocorrência da doença. O perfil da epidemia está no Boletim Epidemiológico Aids/DST 2009, divulgado no dia 26/11.

Em municípios com mais de 500 mil pessoas, houve decréscimo da taxa de incidência, entre 1997 e 2007, de 32,3 para 27,4 notificações por 100 mil habitantes. Ao longo desses dez anos, 24 dos 39 municípios com mais de 500 mil habitantes registraram queda significativa na taxa incidência ou se mantiveram estáveis. Como essas 39 cidades são responsáveis por 283.191 casos de Aids (52% do total de casos acumulados), mudanças ocorridas ali têm impacto maior para a conformação da epidemia.

No mesmo período, a taxa nas cidades com menos de 50 mil habitantes passou de 4,4 ocorrências em 1997 para 8,2 em 2007. O conjunto das 4.982 cidades com menos de 50 mil habitantes (90% dos municípios brasileiros) concentram 34% da população e 15,4% dos casos de aids identificados no país, em 2007.

MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE – Dos 100 municípios com mais de 50 mil habitantes que apresentam maior taxa de incidência de Aids, os 20 primeiros da lista estão no Sul. A primeira colocada é Porto Alegre (RS) com taxa de incidência de 111,5 por 100 mil habitantes, seguida por Camboriú (SC) com 91,3. A tendência de crescimento de Aids nas cidades menores e queda nas maiores confirma-se nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Mas, Norte e Nordeste apresentam um perfil diferente. Ocorre aumento da taxa de incidência, quando se compara 1997 com 2007, tanto em municípios grandes quanto em pequenos.

DADOS GERAIS – De 1980 a junho de 2009, foram registrados 544.846 casos de Aids no Brasil. Durante esse período, 217.091 mortes ocorreram em decorrência da doença. Por ano, são notificados entre 33 mil e 35 mil novos casos de aids. Em relação ao HIV, a estimativa é de que existam 630 mil pessoas infectadas no País.

Dos casos de Aids acumulados de 1980 até junho de 2009, a região Sudeste é a que tem o maior percentual (59,3%) do total de notificações, com 323.069 registros da doença. O Sul concentra 19,2% dos casos, com 104.671 notificações; Nordeste (11,9%), com 64.706; Centro-Oeste, (5,7%), com 31.011; e Norte (3,9%), com 21.389. Dos 5.564 municípios



AVIDA É MAIS FORTE QUE A AIDS.

brasileiros, 87,5% (4.867) registram, pelo menos, um caso da doença. A distribuição percentual de casos de aids por região de residência em 2007, quando comparada à distribuição da população brasileira no mesmo ano, apresenta um quadro interessante, principalmente para as regiões Nordeste e Sul: 28% da população brasileira residia no Nordeste em 2007, enquanto que somente 17% dos casos de Aids foram identificados nessa região, no mesmo ano. O oposto ocorre no Sul, onde se concentrava 15% da população e 24% dos casos foram identificados. Nas demais regiões, a proporção de casos se assemelha à distribuição populacional.

SEXO E FAIXA ETÁRIA – A razão de sexo (número de casos em homens dividido por número de casos em mulheres) no Brasil diminuiu consideravelmente do início da epidemia para os dias atuais. Em 1986, a razão era de 15 casos de Aids em homens para cada caso em mulheres. A partir de 2003, a razão de sexo estabilizou-se. Para cada 15 casos em homens, existem 10 em mulheres.

Chama atenção a análise da razão de sexo em jovens de 13 a 19 anos. Nessa faixa etária, o número de casos de Aids é maior entre as meninas. A inversão vem desde 1998, com 8 casos em meninos para cada 10 casos em meninas. Entre homens, a taxa de incidência em 2007 foi de 22 notificações por 100 mil habitantes e

nas mulheres de 13,9. Em ambos os sexos, as maiores taxas de incidência se encontram na faixa etária de 25 a 49 anos. A taxa apresenta tendência de crescimento a partir dos 40 anos em homens e dos 30 em mulheres, comparando-se 1997 e 2007.

TRANSMISSÃO VERTICAL – O Brasil reduziu em 41,7% a incidência de casos de aids em crianças menores de cinco anos de idade. O coeficiente de mortalidade também caiu cerca de 70,0% (em 1997, o coeficiente de mortalidade era de 2,0 por 100 mil habitantes, caindo para 0,6, em 2007). A queda na taxa de transmissão da mãe para o bebê é resultado dos cuidados no pré-natal e pós-parto. A taxa de incidência de Aids nessa faixa etária é utilizada para monitorar rotineiramente a transmissão vertical do HIV, pois praticamente representa o total de casos (93,9% das notificações). De 1984 a junho de 2009 foram identificados 13.036 casos de aids em menores de cinco anos.

Para reduzir as taxas de transmissão vertical do HIV e da sífilis, o Ministério da Saúde lançou, em 2007, o Plano Nacional de Redução da Transmissão Vertical do HIV e da Sífilis. O documento traz metas para redução dessas taxas até 2011. A intenção é aumentar o número de testes de sífilis realizados em gestantes de 2,1 milhões para 4,8 milhões. No caso dos testes anti-HIV, o quantitativo passará de 1,4 milhão para 2,3 milhões.

FORMAS DE TRANSMISSÃO – De forma geral, no segmento de homens que fazem sexo com homens (HSH), ocorre uma tendência de estabilização na proporção de casos. A média é de 28% da proporção de casos registrados entre os homens, a partir de 2000.

Entre jovens gays na faixa etária de 13 a 24 anos também houve aumento na proporção de registros – passou de 29,0%, em 1997, para 43,2%, em 2007.

Dentre as estratégias de enfrentamento à Aids, a política de redução de danos brasileira tem conseguido alcançar resultados significativos. A transmissão por drogas injetáveis apresentou uma acentuada queda no número de casos da doença, tanto em homens quanto em mulheres. Entre eles caiu de 22,6%, em 1997, para 7,4%, em 2007. Nas mulheres, a queda foi ainda maior: de 10,2%, em 1997, para 2,6%, em 2007.

Em 2007, entre adultos do sexo masculino, na categoria de exposição sexual, há maior transmissão entre heterossexuais (45,1%). Na categoria sanguínea, a transmissão é maior entre usuários de drogas injetáveis (UDI – 7,4%). Em mulheres, o predomínio da forma de transmissão é heterossexual em toda a série histórica. Em 1997, a infecção por meio do sexo desprotegido era responsável por 88,7% dos casos. Em 2007, esse percentual alcançou 96,9%.

MORTALIDADE – O coeficiente de mortalidade vem-se mantendo estável no país, a partir de 2000, em torno de 6 óbitos por 100 mil habitantes. Nos últimos oito anos, as mortes por aids em homens caem e em mulheres mantêm-se estáveis. Em 2000, foram registrados 3,7 óbitos por aids em cada 100 mil mulheres. Em 2008, o coeficiente foi de 4,1. Em homens, há diminuição de óbitos a partir de 1998 (de 9,6 registros por 100 mil habitantes, em 1998, para 8,1, em 2008).

DICA CULTURAL

“O Auto da Camisinha” conscientiza com bom humor

Que tal um filme sobre a importância do uso do preservativo com altas doses de humor? Essa é a proposta de “O Auto da Camisinha”, produção cearense cuja pré-estreia aconteceu na semana passada no Festival de Cinema For Rainbow, em Fortaleza. Rodado em Quixadá entre os dias 1º e 10/3 deste ano, o média-metragem conta com a participação especial de Chico Anyisio.

O filme é uma adaptação livre da peça homônima escrita por José Mapurunga e traz a história da pacata cidade de Juatama, no interior do Estado, que está prestes a se transformar no Patrimônio Folclórico da Humanidade. Mas tudo depende do alvará de Quarto Besouro, indivíduo responsável pelo veredicto final que determinará se a cidade tem condições ou não de receber o almejado título.

A população, então, passa a expor, em praça pública, suas mais variadas manifestações folclóricas para convencê-lo de que a condecoração é merecida. Porém, durante sua visita, Quarto Besouro tem um encontro inusitado com a diretora do grupo de teatro, Lionor, e os dois passam a protagonizar um tórrido romance que irá mudar o rumo da trama.

Dirigido pelo cearense Clébio Viriato Ribeiro, “O Auto da Camisinha” tem como principal proposta colocar no centro das discussões, através de uma linguagem lúdica e irreverente, a temática da prevenção das DSTs e da necessidade do uso do preservativo nas relações sexuais. Além disso, a produção constata o crescimento da indústria



do audiovisual no Estado, já que 95% da equipe técnica é constituída por profissionais locais.

Além de Chico Anyisio, o elenco traz mais dois mestres da interpretação: Gero Camilo e Carri Costa. O primeiro faz o papel do “Anjo”, comprovando a “brincadeira séria” que é a película, enquanto que o segundo, conhecido por suas peças cômicas, interpreta o personagem principal.

“O Auto da Camisinha” não deve entrar em cartaz no circuito comercial. Sua exibição deverá acontecer em sessões gratuitas especiais pelo País, e a expectativa da produção é atingir dez milhões de espectadores entre adolescentes, jovens e adultos de todas as classes sociais no Brasil, América Latina, África de língua portuguesa, Europa e EUA.

DICA DE SAÚDE

Óculos solares são indispensáveis no verão

Um acessório praticamente indispensável para enfrentar os dias ensolarados de verão em nosso País tropical, os óculos de sol são muito mais que um item de moda ou um simples adorno de beleza, usado para compor o visual. É necessário sempre lembrar que esses óculos têm um importante papel na garantia da saúde de quem os usa.

Em lugares onde faz muito calor, como é o caso do Brasil, a incidência de raios solares tende a ser muito alta, e essa situação se agrava nos meses de verão. Nessas épocas, principalmente, é muito importante tomar algumas providências para garantir um aproveitamento saudável desses raios solares. Uma das providências mais importantes a tomar é atentar para a proteção dos olhos contra a agressão causada por esses raios, pois eles podem danificar seriamente algumas partes sensíveis dos olhos, como a retina.

Acima de qualquer outra coisa, óculos de sol são acessórios de proteção, portanto, o mais importante



para escolher os óculos certos é a garantia de que seu uso tornará essa proteção sempre assegurada. É essencial que suas lentes apresentem filtros contra os raios UVA e UVB. Assim a função principal dos óculos estará garantida, e os olhos de quem o usar estarão adequadamente protegidos.

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou parceria com a Ótica Maranhata, que oferece descontos para bancários sindicalizados em todos seus produtos. A empresa tem lojas localizadas na Rua Pedro Pereira, 138 – Centro – Fone: (85) 3226.2953; Av. João Pessoa, 6400 – Parangaba – Fone: (85) 3245 3455 – Maracanaú: Av. 40-A, 86 – Jereissate I – Fone: (85) 3382 3151

TRIBUNA BANCÁRIA

Home Page: www.bancariosce.org.br
Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194
Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 - Fortaleza - Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra – Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino
Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP – Repórter: Sandra Jacinto CE01683JP – Lidiane Pereira CE02295JP
Estagiários: Camila Queiroz e Darlano Didimo – Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG
Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

Banco do Brasil: funcionários trabalham no sábado sem acordo prévio com Sindicato

No último dia 28/11, cerca de 50 funcionários do Banco do Brasil foram chamados para trabalhar, ou seja, em pleno sábado. Esse é o exemplo que a Superintendência do BB está dando para todas as demais unidades do Estado, ferindo a legislação trabalhista e a Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários, ao não negociar com o Sindicato. O pior é que essa prática está virando rotina, pois no último sábado, dia 5/12, já estava tudo pronto para uma nova jornada de trabalho dos funcionários do BB, nas mesmas condições, até o fechamento desta edição da TB.

A indignação dos diretores do Sindicato dos Bancários do Ceará deve-se principalmente pela falta de comunicação por parte do banco, mostrando os motivos da jornada extra de trabalho e pelo fato de não ter chamado a entidade para fazer um acordo.

Segundo apurou o Sindicato, os bancários chamados pelo banco para trabalhar no sábado estavam realizando negócios na mesa de crédito. Em outra mesa, estavam reunidos vários gerentes de unidades com a Gerência Regional, ligada à Super BB.

Segundo o diretor do Sindicato, Bosco Mota, os funcionários estão indo trabalhar de "livre e espontânea



pressão". "Veja que exemplo a Super está dando para todo o Estado!", enfatizou Bosco.

LEGISLAÇÃO – A jornada de trabalho dos empregados bancários é regida pelos artigos 224, caput; 224, parágrafo 2º e 62, da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Os bancários têm jornada de trabalho de seis horas diárias (trinta horas semanais), com direito a quinze minutos de intervalo, em dias úteis, excetuados os sábados. Eis que na legislação trabalhista o sábado é considerado dia útil, não sendo,

no entanto, dia de trabalho para o empregado bancário.

O presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo disse que "é estranha a postura do Banco do Brasil em não comunicar previamente ao Sindicato e negociar a necessidade de convocação desses trabalhadores no sábado".

Em contato com o banco durante a semana, a direção do Sindicato dos Bancários fez a pontuação para que o problema não volte a acontecer, denunciando a falta de postura negocial por parte do BB.

BNB

Sindicato tira dúvidas dos funcionários sobre ação da licença-prêmio

Na última quinta-feira, dia 3/12, o Sindicato dos Bancários do Ceará realizou uma reunião com os excluídos da ação da licença-prêmio para tirar dúvidas a respeito das providências para o retorno do benefício. O assessor jurídico do SEEB/CE, Carlos Chagas, esteve presente para esclarecer os funcionários sobre os encaminhamentos do Sindicato nesse sentido. O diretor Océlio Silveira também participou da reunião.

O diretor da entidade, Tomaz de Aquino, enfatizou que a meta do Sindicato é o retorno do benefício para todos aqueles que tinham o direito adquirido em janeiro de 1997, como era o objetivo inicial da ação impetrada em 2000. "A Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT) vem buscando negociar com o Banco o retorno da licença-prêmio para todos aqueles que tinham o benefício, independente de ação na

Justiça ou base sindical. O assunto está sendo discutido em mesa de negociação e a direção do BNB tem se mostrado receptiva quanto a isso. Entretanto, isso não exclui encaminhamentos na Justiça que o Sindicato também está mantendo", informou Tomaz, que também é coordenador da CNFBNB/Contraf-CUT.

Da listagem inicial da ação, foram excluídos cerca de 80 funcionários do acordo firmado com o Sindicato recentemente. A alegação do Banco é de que esses funcionários pertenciam a outras bases sindicais em janeiro de 1997 ou teriam sido desligados do BNB. O departamento jurídico do SEEB/CE vai continuar com ação na Justiça do Trabalho para que os benefícios do acordo sejam estendidos a todos aqueles que faziam parte da listagem inicial e ainda está aberto para analisar outras situações de forma individualizada.

Foto: Secretaria de Imprensa



AMOR AO ESPORTE

Família de bancário é destaque internacional no Karatê

Divulgação

Nove campeonatos estaduais, seis brasileiros e duas participações em mundiais. Faixa preta há dez anos e 20 de prática desportiva. Essa é só uma pequena amostra do extenso currículo da karateca cearense Maria Lenilda Rodrigues Moreira, esposa do bancário do Bradesco, Reginaldo Moreira, que também é atleta, mas que, sem patrocínio e com o trabalho do banco, não tem mais tempo para se dedicar ao esporte.

Agora, ele se sente representado pela esposa e pela filha Amanda, de 20 anos, que também é uma das campeãs do Ceará no esporte. "Além disso, ele é meu maior incentivador, meu fã número 1. Acredita, incentiva e, às vezes, quando eu vacilo diante das dificuldades, ele está ali sempre dizendo que tudo vai dar certo e que eu vou conseguir", afirma Lenilda.

O esporte entrou na vida da família por acaso, como explica Lenilda: "nós começamos no karatê como forma de incentivar meu filho no esporte. No final, ele desistiu de continuar, mas, por outro lado, viciou toda a família", brinca ela.

Lenilda explicou ainda que, quando o marido era becista, as coisas eram bem mais fáceis, pois o banco patrocinava a família nas competições. Após a privatização do banco estadual, eles perderam o patrocínio. "O apoio do BEC era muito importante, mas eu nunca deixei me abalar por essas coisas. Continuo correndo atrás de patrocínio, treinando e fazendo bonito em todas as competições que participo", orgulha-se.

Hoje, Lenilda deixou a vida pacata de dona de casa e vive inteiramente do esporte e para ele. Dá aulas em uma escolinha de Karatê, treina de duas a três horas por dia, participa do maior número



de competições possíveis e ainda atua como árbitra em campeonatos nacionais e internacionais. Como fruto do trabalho árduo, dezenas de medalhas coroam seu esforço.

Recentemente, Lenilda esteve no México representando o Brasil no campeonato mundial, de onde trouxe duas medalhas de prata em duas categorias diferentes. Ela enfatizou o orgulho que sentiu com a conquista: "você não tem ideia do apoio que os atletas de fora têm de seus países. Lá é outro pensamento. Eles recebem tudo. Aqui a gente luta pra conseguir cada coisinha. E quando eu vi a bandeira do meu País lá em cima, entre os melhores, eu senti uma emoção muito grande", conta.

Atualmente, Lenilda luta para conseguir uma Bolsa-atleta: um benefício concedido pelo governo federal com o objetivo de garantir uma manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento que



não possuem patrocínio, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e participação em competições visando o desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva. "Espero que esses resultados no Mundial me ajudem a conquistar mais essa vitória", conclui.

HSBC E ITAÚ UNIBANCO

Bancários preparam Jornada Internacional de Lutas na América Latina

Os bancários de HSBC e Itaú Unibanco irão procurar as direções das duas empresas na América Latina para iniciar negociações por garantia da livre organização dos trabalhadores, fim das práticas antissindiais e melhorias das condições de trabalho. A decisão foi tomada durante a primeira etapa da 5ª Reunião Conjunta das Redes Sindicais de Bancos Internacionais, realizada nos dias 26 e 27/11, em Santiago, no Chile.

Os trabalhadores de HSBC e Itaú Unibanco aprovaram também a realização, entre os dias 14 e 18 de dezembro, de uma Jornada Internacional de Lutas por melhores condições de trabalho e contra as práticas antissindiais adotadas pelas empresas, que desrespeitam convenções internacionais.

Veja a situação dos bancários de Itaú e Unibanco relatada pelos representantes:

ITAÚ UNIBANCO NO BRASIL

– Representados pela Contraf-CUT, os bancários brasileiros apresentaram suas principais demandas para o próximo período: remuneração, Participação nos Lucros e Resultados, Plano de Cargos e Salários, Saúde e Condições de Trabalho e Segurança Bancária. Informaram

ainda que está em andamento um processo de negociação sobre Previdência Privada e que foi concluído no último semestre a negociação sobre a unificação do Plano de Saúde para todos os trabalhadores no Brasil, com conquistas. Também foi apresentada a preocupação com as demissões causadas pela fusão.

HSBC NO BRASIL:

O HSBC vem mantendo uma postura intransigente, desrespeitando os bancários, se utilizando de práticas antissindiais e desrespeitando a mesa específica. O banco vem aumentando absurdamente o provisionamento de contas e isso gerou uma redução do lucro líquido apresentado pela empresa de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 250 milhões, rebaixando a PLR dos bancários.

Os trabalhadores bancários no HSBC Brasil continuam sua luta com base nos seguintes eixos:

- Emprego: combate às demissões imotivadas; contratação já;
- Saúde e Condições de Trabalho: respeito ao cumprimento da jornada de seis horas e aos bancários lesionados e afastados;
- Remuneração: melhores salários e pagamento justo da PLR;
- Segurança Bancária: mais segurança nas agências.

EDITAL

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO CEARÁ ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará, CNPJ Nº 07.340.953/0001-48, por seu presidente, abaixo assinado, convoca os bancários associados da sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 08 de dezembro de 2009, às 18h00min, em primeira convocação, e ou às 18h30min, em segunda convocação, na Rua 24 de Maio, 1289, Centro, Fortaleza-CE, para discussão e deliberação sobre os Balanços Financeiros e Patrimoniais do SEEB/CE (Art. 157 do Estatuto) relativos exercício de 2008. Fortaleza, 05 de dezembro de 2009.

Carlos Eduardo Bezerra Marques – Presidente

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Momento é de entendimento entre banco e demitidos

Durante entrevista exclusiva à Tribuna Bancária, o deputado federal pelo PT/CE, Eudes Xavier, afirmou que o cenário político é propício para um entendimento na questão da reintegração dos bancários demitidos do BNB na era Byron. Eudes falou também sobre projeto de isonomia bancária e desafios de ser um sindicalista no poder.

Tribuna Bancária – Qual a importância da reintegração dos demitidos do BNB na era Byron?

Eudes Xavier – É uma dívida do governo brasileiro com os trabalhadores, principalmente com os do Nordeste. Não digo do presidente Lula, mas dos governos passados. Essa é uma dívida social do governo Fernando Henrique Cardoso, da administração do Byron Queiroz. Sabemos que esse período foi marcado por assédio moral aos trabalhadores, que depois foram demitidos. Por exemplo: se você tivesse um casal no banco, você transferia a esposa para um local muito distante. Isso se caracteriza perseguição, porque você já tinha filhos, já tinha toda uma estrutura na sua função, na cidade onde estava lotado. O banco não deu chances aos trabalhadores de terem uma possibilidade de reciclagem, de requalificação. Essa foi uma das decisões tomadas pelo banco de forma arbitrária e contra os trabalhadores. Eu acho que o projeto, que agora está na Comissão de Finanças e Tributação, ele cumpre um papel. Primeiro: faz uma reparação aos bancários, que sofreram perseguição desumana por parte do banco. Hoje, o Banco do Nordeste tem uma nova gestão, que tenta a aproximação para a negociação. Acho que o projeto permite uma negociação constitucional. Ou seja, olhar todos os casos – caso a caso – e saber aquele que quis realmente sair, que não tinha mais desejo de continuar no banco, mas também, e é claro, aqueles que gostariam de até hoje serem funcionários do banco, e é claro de forma constitucional. Ele já passou na Comissão de Trabalho e Serviço Público, com votação unânime – não teve nenhum voto contra. Agora, na Comissão de Finanças e Tributação existe um espírito bom de negociação do projeto. Houve uma audiência pública, as partes foram convidadas, não foi uma convocação – foi um convite. Há uma diferença entre convocação e convite. E o banco aceitou participar. Acho que, até o final de dezembro, nós teremos um bom entendimento da tramitação desse projeto – tanto na Comissão de Tributação e depois na Comissão de Constituição e Justiça. E, é claro, que eu, enquanto sindicalista, espero um entendimento maior por parte do banco, espero uma negociação com o Banco do Nordeste.

TB – Deputado, é possível que esse projeto seja votado antes das próximas eleições?

Eudes Xavier – Veja bem, é difícil você prever um prazo porque é um projeto de ordem trabalhista e que requer também um entendimento por parte do Ministério do Trabalho e do Ministério do Planejamento. E, por mais que nós tenhamos o desejo de aprovar logo, sabemos que isso depende também de um entendimento com o governo. Nesse sentido, todos os esforços foram conquistados. Acho que o cenário positivo é votar o projeto a favor dos bancários e deixar sempre o canal de negociação aberto entre banco e funcionários. Isso ajuda muito. E tenho percebido, tanto da presidência do banco quanto dos demais diretores, certa abertura para negociação, inclusive sem a votação do projeto. Nós não podemos defen-

der aquele trabalhador que pediu a demissão porque não queria pagar pensão alimentícia. Eu não posso defender um caso desses. Mas aqueles que conseguiram provar que não queriam sair do banco, acho que o banco deve fazer essa reparação do social. Acho também que isso pode ser feito em dezembro, janeiro e no período eleitoral. Nós não deveremos ter uma vinculação nesse processo dos funcionários demitidos com o processo eleitoral. São coisas distintas. Acho que até mesmo por serem causas trabalhistas. São coisas que estarão acontecendo independentes do período de eleição.

TB – Caso haja alguma mudança de administração no País, o projeto pode sofrer alguma interferência, ter dificuldades para ser votado?

Eudes Xavier – Primeiro nós vamos torcer para não acontecer nenhuma mudança de governo no Brasil. O Brasil teve um crescimento econômico e social muito grande durante o nosso governo. Não existe perseguição aos funcionários públicos, não existe criminalização aos movimentos sociais. Portanto, o primeiro é lutar pelo projeto que hoje no País está dando certo. Temos a valorização do salário mínimo, temos um quadro mais favorável, temos a criação de mais empregos formais com carteira assinada, a criação de postos de trabalho e pleno desenvolvimento de tecnologia com o Pré-sal. Temos ainda momento de abertura de universidades e de institutos tecnológicos. Então, nós achamos que esse projeto não deve ser derrotado em 2010. Nós achamos sempre que o governo passa, mas o povo continua. Então, as lutas que o Sindicato dos Bancários e a CUT fazem hoje, eles continuarão a fazer, independente do governo que esteja, até mesmo porque enquanto houver o modo de produção capitalista, sempre haverá o antagonismo entre capital e trabalho. É claro que nesse governo existe conflito sim, mas, se houver um outro governo, o conflito vai ser maior, por causa da visão de mundo e pelo projeto. Eu acho que o Sindicato dos Bancários dá total assistência aos projetos que tramitam na Câmara e que envolvem os bancários. Eu sou relator do projeto 6259/2005, que trata também de isonomia dos salários dos bancários da rede pública, Banco do Brasil, Caixa, Basa, BNB. Então, o Sindicato dos Bancários tem acompanhado também de forma muito firme esse projeto. O que vai valer para os trabalhadores do BNB é a organização dos demitidos, firme e junto ao Sindicato. Vamos torcer para que o clima de entendimento que agora está acontecendo permaneça para dar o resultado positivo para essas famílias. São famílias que estão desagregadas totalmente depois de serem demitidas pelo Banco do Nordeste.

TB – O senhor citou o projeto de isonomia. Em que estágio está essa discussão?

Eudes Xavier – O projeto está na Comissão de Trabalho e Serviço Público. Ele já vem com um parecer favorável, mas ele ainda está na

pauta para votação. Eu creio que esse ano não vai ser mais possível. O processo de sessão da Câmara vai só até o dia 18. E tem outros projetos na frente para votação. De qualquer forma, a partir de fevereiro, nós pretendemos colocar em pauta e vamos pedir a aprovação.

TB – Quais os outros projetos que o senhor vem desenvolvendo?

Eudes Xavier – O projeto que mais nos dá condições de implementação aqui do Ceará é o projeto que cria a lusofonia afro-brasileira. É um projeto do executivo do qual eu fui relator. A Unilab vai ser a segunda universidade federal do Ceará, será localizada em Redenção, e tem como principal objetivo fazer a integração do Brasil com os países de língua portuguesa do continente africano. Acho que esse é um projeto que tem muitas possibilidades de ser aprovado na Câmara Federal ainda este ano. Ele é um projeto que cria vagas nos primeiros quatro anos para cinco mil alunos. Desse cinco mil alunos, metade é composta por alunos brasileiros de todo o território nacional e a outra metade será de alunos de países africanos de língua portuguesa.

TB – Havia a previsão de que a Unilab começasse a funcionar no início do próximo ano. Essa previsão está mantida?

Eudes Xavier – Era para o mês de março. Eu acho que essa previsão deve ser trabalhada mais para frente. Qualquer concurso, qualquer edital, tudo só pode ser feito se o projeto estiver aprovado. O projeto passa na Câmara, vai ao Senado e,

“ACHO QUE O PT
TEM CONDIÇÕES DE
ELEGER UMA BOA
BANCADA FEDERAL E
ELEGER PELA
PRIMEIRA VEZ UM
SENADOR DO POVO,
JOSÉ PIMENTEL,
DO PT”

se não tiver nenhuma modificação, vai para sanção do presidente da República. Mas, se tiver alguma alteração no Senado, ele volta para Câmara e depois para o Executivo. Como o tema é educação e temos a real necessidade de votá-lo, creio que todas as bancadas – até mesmo a oposição – nós devemos ter um consenso para a implantação da Unilab para o Ceará. O mais provável é que a construção do campus em Redenção seja desenvolvida logo. Mas é claro que uma universidade se instalando em Redenção vai abranger todo o território do Maciço de Baturité.

TB – Vem sendo pensada algu-



Divulgação

ma forma de inserir a população de Redenção dentro desse processo?

Eudes Xavier – Foram feitas várias audiências. Eu acompanhei umas duas ou três com muita participação popular. Teve audiência com a própria comissão de organização. Acho que o governo estadual está bem. Eu acho que tem tudo para o Ceará receber, em 2010, da refinaria ao porto e a Unilab. Eu acho que são projetos estruturantes no patamar do estado com cenário de desenvolvimento econômico, mas também tecnológico. A universidade ajuda no desenvolvimento tecnológico.

TB – Deputado, no início da sua fala, o senhor comentou que sempre vai haver essa contradição entre capital e trabalho. A sua formação foi no meio sindical. Quais são os desafios de uma pessoa que esteve como sindicalista e hoje está no poder?

Eudes Xavier – O desafio é bem maior, porque não se pode esquecer o passado. O passado é o que nos alimenta na ideologia e na projeção do novo. Eu acho que, na minha situação, é ainda mais desafiador, pois, ao vir do movimento sindical, nós recebemos as pautas do movimento sindical. Eu sou relator do projeto 6113/2009, que trata da questão do risco de morte para os vigilantes. Então, nós somos vinculados diretamente, mesmo sendo parlamentares federais não temos como esquecer a história. Eu me sinto muito feliz. Acho que o fato de ter sido secretário de Formação Sindical e presidente da CUT Ceará me orgulha muito. E, agora, estou como deputado federal na Comissão do Trabalho e Serviço Público. Portanto, a minha trajetória sempre foi na área do trabalho. E eu vejo o trabalho como central. Ou seja, é pelo trabalho que você tem a riqueza em qualquer local. Não é o dinheiro que gera riqueza. É o trabalho que gera riqueza. Portanto, o desafio de estar como deputado federal hoje do PT, ao lado do presidente Lula, isso

também me dar o direito de dizer ao PT que as lutas históricas pela redução da jornada de trabalho, as lutas históricas pelo aumento real do salário mínimo, a luta em defesa dos aposentados, são todas as lutas que nós estamos sempre vinculados. Eu sou mesmo é sindicalista. Hoje, eu sou deputado, mas amanhã posso voltar a distribuir jornal, a fazer as mesmas tarefas que eu fazia no meu Sindicato dos Comerciários com muito prazer. É lógico que com mais qualidade. Hoje, dividimos as falas dos empregados em defesa das lutas históricas e acho que desafios novos: como a luta pela livre orientação sexual, luta ambiental, combate à homofobia, combate ao racismo, são lutas que nós devemos incorporar à trajetória parlamentar do PT e da esquerda brasileira. Não podemos negar essas novas lutas que a classe trabalhadora incorpora. Portanto, a degradação do meio ambiente, a forma de consumir, a forma de produzir. Isso tudo está dentro de um novo patamar de luta no Brasil. E acho que, em 2010, os projetos de disputa eleitoral, qualificados como projetos de disputa política, deverão abordar esses aspectos. Divulgamos recentemente dados de uma nova lei no País, que permite aos agricultores familiares comercializarem seus produtos diretos para as escolas. Há 10 anos, o Brasil não aprovaria um projeto como esse.

TB – O senhor será candidato no próximo ano?

Com certeza. Acho que o PT precisa de candidaturas iguais às nossas. E vou fazer campanha de meu candidato a senador, José Pimentel. Acho que o PT tem condições de eleger uma boa bancada federal e eleger pela primeira vez um senador do povo, do PT. O PT nunca teve um senador do Ceará. Então, eu acho que nós temos todas as condições de ampliar a bancada federal, ampliar a bancada estadual e eleger a ministra Dilma para a Presidência do País.



A representação dos empregados da Caixa convoca a categoria a intensificar a mobilização por um PCC justo. O diretor do SEEB/CE, Marcos Saraiva, esteve presente a reunião e defendeu também melhores condições de trabalho

Caixa decepciona de novo os trabalhadores e não apresenta proposta de PCC

Na rodada da negociação específica realizada no dia 2/12, em Brasília, a Caixa mais uma vez frustra os empregados. A Contraf-CUT e as demais entidades do movimento sindical receberam da Caixa Econômica Federal apenas as linhas gerais do que a empresa chama de Plano de Funções Gratificadas (PFG), sem a descrição dos valores dessa tabela. A mobilização em torno de um PCC justo deve ser intensificada em todo o País.

A proposta apresenta 15 níveis, com 15% de diferença entre eles, e acaba com as classes de filiais e mercados. Além disso, altera a nomenclatura dos cargos e os agrupa reduzindo de 119 para 56 funções mantendo os quantitativos. Também realinha os cargos hierarquicamente de acordo com a complexidade, a responsabilidade e as atribuições.

Os empregados migrarão do PCC para o PFG de maneira automática no cargo correspondente. Nesse processo de migração poderá ocorrer redução de remuneração básica, tendo em vista a reclassificação. Para garantir a irredutibilidade negociada na Campanha Salarial de 2009, a empresa propôs a criação do mecanismo APA - Adicional Provisório de Ajuste do PFG.

A Caixa, porém, vincula a implantação do PFG à solução

das jornadas da carreira técnica, reduzindo de oito para seis horas com redução proporcional do salário. A medida é totalmente contrária à proposta defendida pelos trabalhadores, que reivindicam jornada de seis horas para todos os empregados sem diminuição de salário.

CONDIÇÕES DE TRABALHO – Os representantes dos trabalhadores entregaram um laudo referente aos exaustores instalados recentemente pela Caixa nas bancas de penhor. O estudo foi contratado pelo Sindicato dos Bancários do Ceará e constata que os equipamentos são inadequados para os objetivos propostos. A Caixa recebeu o documento e disse que vai solicitar outro laudo técnico. A Contraf-CUT frisou que a questão deve ser apurada rigorosamente e os equipamentos devem ser substituídos.

Os empregados também apresentaram a denúncia de utilização de funcionários que não fazem parte do quadro de concursados da empresa para atividades exclusivas, a exemplo de abertura de contas e avaliação de risco. Essa prática acontece nas agências mineiras de Guaxupé e Muzambinho e é disseminada pelo País. A empresa informou que coíbe esse tipo de conduta e que irá averiguar esses casos.

A empresa informou que a eleição nas unidades que não têm Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) constituída se dará por meio eletrônico em março de 2010.

PROCESSO SELETIVO INTERNO – Os representantes dos empregados cobraram da Caixa mudanças na RH 040, que acaba prejudicando, por exemplo, trabalhadores que estiveram afastados do exercício de suas funções por motivos de saúde. De acordo com a regra, eles adquirem menos pontos e têm suas chances de crescimento profissional reduzidas. A empresa informou que está ajustando o normativo.

DIAS PARADOS – A Caixa informou que está avaliando a proposta dos trabalhadores junto ao conselho diretor e que até a próxima semana informará as entidades.

ENCONTRO DOS DIRIGENTES SINDICAIS – Está marcado para o dia 18/12, na sede da Contraf/CUT em São Paulo, o Encontro dos Dirigentes Sindicais da Caixa para debater assuntos da comissão de negociação permanente como PFG, jornada e entre outros assuntos.

SANTANDER

Após pressão dos sindicatos, banco estende seguro de vida a banespianos

Depois de muita cobrança dos sindicatos, o Santander finalmente aceitou estender o seguro de vida do grupo para os funcionários do antigo Banespa que estavam cobertos pela Cosesp (Companhia de Seguros do Estado de São Paulo). O plano do Santander era uma das reivindicações dos bancários dentro da luta pela isonomia de direitos e benefícios entre todos os empregados do grupo espanhol no Brasil.

PRINCIPAIS VANTAGENS – O seguro de vida do grupo Santander garante ao associado um valor do capital segurado para cobertura básica de até 30 vezes o salário bruto, com limite de R\$ 1,6 milhão. O funcionário também tem um subsídio do banco de 80% do investimento, sendo que

os 20% restantes serão descontados automaticamente da folha de pagamento. No caso do estagiário, o subsídio é de 100%. O investimento do empregado é R\$ 1,14 para cada R\$ 1 mil de salário.

Em caso de morte natural ou invalidez por doença, o beneficiário recebe 30 salários. Por morte acidental e invalidez por acidente a cobertura é de 60 salários. Se o associado perder o cônjuge em morte de qualquer natureza recebe 15 salários e para o óbito de filhos de até 21 anos a indenização é de 3 salários. O segurado ainda tem uma assistência funeral de R\$ 3 mil. Os funcionários podem simular o valor pago e aderir ao seguro de vida pela intranet do banco, acessando o Simulador de Benefícios

CONVÊNIO

Bancários sindicalizados têm descontos na Estácio FIC

São 20% para cursos de graduação e 10% para pós-graduação, os benefícios também são válidos para cônjuges, filhos e enteados dependentes financeiros comprovados no Imposto de Renda.

Com mais de 206 mil alunos espalhados em 78 unidades, a Estácio é a maior instituição de ensino superior do País. No Ceará, ela está presente com a Estácio FIC, em Fortaleza, e com a Faculdade de Medicina, em Juazeiro do Norte. Na capital, as duas unidades (Moreira Campos e Via Corpvs) comportam os 25 cursos de graduação e os 57 de pós-graduação em diversas áreas de conhecimento. Entre os de graduação, destaque para duas novidades: Arquitetura e Enfermagem. Recém-aprovados pelo MEC, esses cursos já estão na lista do próximo vestibular, marcado para 12/12.

Em 11 anos de atuação no

mercado, a Estácio FIC formou mais de oito mil profissionais e a cada ano desenvolve novas ações para o avanço educacional no Estado. Em 2009, uma iniciativa vem dando oportunidade a muitas pessoas. Por meio de convênio com empresas, a Estácio FIC garante benefícios significativos para os colaboradores dessas empresas.

Outra ação que merece destaque é que, a partir de 2010, o aluno da Estácio FIC receberá, em casa, o material didático gratuitamente (ver regulamento no site). No material, constará a biblioteca essencial ao longo do curso, com capítulos selecionados dos melhores livros do mercado.

Mais informações sobre as oportunidades de estudar na Estácio FIC e inscrições para vestibular do próximo dia 12/12, pelo site www.estacio.br ou pelo telefone 0800 282 3231.

DEFESA DO CONSUMIDOR

Itaú Unibanco lidera ranking de reclamações do Ministério da Justiça

Os setores financeiro e de telecomunicações lideram o ranking do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas de 2009 do Ministério da Justiça. As empresas Itaú Unibanco e Oi/Brasil Telecom, que passaram por fusão, lideram a listagem. A instituição financeira aparece em segundo lugar, atrás apenas da Oi. Em seguida aparecem Nokia, Sony Ericsson, TIM, LG, Claro, Samsung, Vivo e Americanas.

Durante o período pesquisado – agosto de 2008 a agosto de 2009 –, o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) atendeu 797.736 consumidores e recebeu 714.075 reclamações sobre relação de consumo.

Por mês, foram feitos cerca de 66.478 atendimentos. Segundo o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPCD), Ricardo Morishita, do total de reclamações recebidas, 85,3% tiveram solução imediata, e em 14,7% dos casos foi aberto processo contra a empresa. Esse último percentual, no entanto, melhorou em relação ao ano passado. Em 2008, 22% das reclamações resultavam em processos contra empresas.

Morishita destacou que cinco empresas correspondem a um quarto das reclamações não atendidas, que

totalizam 31.525 registros: Oi/Brasil Telecom (com 2.802 reclamações não atendidas); Itaú/Unibanco (1.563); Claro (1.079); TIM (973) e Sony/Ericsson (763).

Para tentar mudar esse cenário, segundo Morishita, serão feitos relatórios setoriais sobre o segmento de telecomunicações, financeiro, supermercados e saúde. As empresas desses segmentos serão convocadas e terão que apresentar soluções aos problemas apresentados pelos consumidores.

Segundo o diretor do DPCD houve uma piora no que diz respeito ao atendimento, ou seja, as empresas estão mais relutantes em resolver o problema do consumidor. Segundo dados do cadastro, 30% das reclamações que viram processos contra as companhias não são resolvidas. Esse percentual correspondia a 22% em 2008.

O Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas de 2009 traz as principais reclamações e problemas dos consumidores de 21 Estados e do Distrito Federal. Os Procons que constam no cadastro são Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Fonte: Secretaria de Imprensa



Comissão Nacional cobra e Banco sinaliza com antecipação do 13º e tíquetes para o Natal

A Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT) se reuniu com a Superintendência de Desenvolvimento Humano (Super DH) do Banco na sexta-feira, dia 27/11, em mais uma reunião da mesa específica de negociação. Os representantes da Comissão cobraram, inicialmente, celeridade na assinatura do acordo coletivo 2009-2010 e a antecipação da 1ª parcela do 13º salário do próximo ano para janeiro, bem como a distribuição dos tíquetes para antes do Natal. O Banco sinalizou com a concordância a esses dois pleitos.

A superintendente de Desenvolvimento Humano do BNB, Eliane Brasil, informou que precisa de autorização do Ministério do Trabalho e Emprego e do DEST para realizar a assinatura do acordo, mas que, em breve, dará uma resposta sobre o assunto.

A Comissão Nacional relatou ainda alguns casos de problemas quanto à reposição dos dias parados durante a greve. O Banco ressaltou que a compensação deve ser feita até o próximo dia 15/12 e que vai estudar individualmente os casos de bancários que ficarem com saldo

devedor a partir desse dia. Entretanto, Eliane afirmou que acredita que poucos funcionários terão saldos a compensar no dia 15/12 e a CNFBNB/Contraf-CUT solicitou que o Banco apresentasse um levantamento de quem estivesse devendo horas a partir desta data para análise das entidades.

PLANO CV DA CAPEF – O Banco informou que participou de uma reunião no último dia 23/11, em Brasília, que reuniu a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) quando as instituições chegaram a um consenso sobre a redação dos documentos do plano. A nova redação já foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Capef e pelo Conselho de Administração do Banco e segue para Brasília para aprovação final.

LICENÇA PRÊMIO E PCR – O Banco informou que está enviando todos os esforços junto aos órgãos controladores do governo para cumprir os compromissos assumidos durante a Campanha Salarial relativos à extensão do retorno do benefício da

Licença Prêmio àqueles funcionários com direito adquirido até janeiro de 1997 e quanto à revisão do Plano de Cargos e Remuneração (PCR) com aplicação de 3% na tabela de cargos. O calendário das promoções previstas para janeiro está mantido.

PASSIVOS TRABALHISTAS – O Banco informou que os casos serão negociados com cada Sindicato e que em breve estará divulgando novo calendário de negociações.

CAMED – Está sendo feito um estudo atuarial por um grupo de trabalho criado pelo presidente do Banco, Roberto Smith, a respeito da migração do plano família para o natural e, provavelmente, na segunda semana de dezembro haja alguma resposta sobre o caso.

PLR – A CNFBNB/Contraf-CUT cobrou mais uma vez esforços do Banco quanto ao fim do limite de 9% imposto pelo DEST para a distribuição da PLR dos funcionários do BNB.

A próxima reunião da mesa de negociação específica deve ser realizada ainda este mês de dezembro.

BANCOS ABUSAM

Gastos de R\$ 1 bilhão com executivos de 5 bancos deixa bancários indignados

Os cinco maiores bancos que atuam no Brasil (Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) pagaram cerca de R\$ 1 bilhão de remuneração a seus diretores e altos executivos, somente nos primeiros nove meses de 2009, segundo reportagem publicada dia 2/12 pelo jornal Valor Econômico com base nas demonstrações financeiras das empresas.

Isso significa que um punhado de menos de 500 gestores recebeu de remuneração, em nove meses, mais que o total distribuído a título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para cerca de 410 mil bancários, que trabalham nesses cinco bancos, conforme cálculos do Dieese.

De acordo com o levantamento do Valor, o que os executivos ganharam de salários e bônus corresponde a 5,36% do lucro líquido de R\$ 16,6 bilhões que as cinco instituições financeiras acumularam de janeiro a setembro deste ano. Em cada um desses bancos, o número de diretores e altos executivos com direito aos prêmios milionários não passa de uma centena.

O caso mais notável é o do Itaú Unibanco, que distribuiu R\$ 504 milhões (mais da metade do total desse grupo de bancos) para o alto escalão, o equivalente a 7,38% do lucro líquido do período (R\$ 6,85 bilhões). Já os 102.700 bancários do Itaú receberão de PLR durante todo o ano 5,10% do



lucro líquido. O Bradesco gastou R\$ 267,4 milhões e o Santander pagou R\$ 128 milhões.

A remuneração dos bancos públicos, segundo a amostragem do Valor, é muitas vezes inferior à dos privados. No Banco do Brasil, o único dado consolidado é do terceiro trimestre, quando houve pagamento de R\$ 13,6 milhões para diretores e executivos. Já o balanço da Caixa Econômica Federal apresentou no terceiro trimestre gastos com remuneração de R\$ 7 milhões.

“Esses números deixaram os bancários indignados, porque eles tiveram de fazer uma greve nacional de duas semanas para impedir que os bancos diminuíssem a PLR deste ano”, afirma Carlos Cordeiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). “Agora fica clara qual era a estratégia das empresas na campanha salarial: reduzir a participação dos trabalhadores na PLR para elevar ainda mais os bônus pagos aos seus executivos”.

Cadê a responsabilidade social?

Para Carlos Cordeiro, os ganhos milionários desses executivos são também uma afronta à sociedade brasileira, uma vez que os bancos, principalmente os privados, usaram a crise econômica para aumentar seus lucros, às custas dos clientes, dos usuários e dos funcionários.

“Durante a crise, os bancos privados aproveitaram a liberação dos depósitos compulsórios e reduziram os empréstimos, quando a economia necessitava desesperadamente de crédito. Aplicaram esses recursos em títulos públicos, aumentaram os juros e o spread e mantiveram as mais altas taxas do mundo”, critica o presidente da Contraf-CUT.

Esse comportamento, segundo Cordeiro, contradiz o discurso das instituições financeiras sobre responsabilidade social: “Não adianta maquiar a realidade com campanhas milionárias de marketing. Os bancos somente serão socialmente responsáveis quando respeitarem a sociedade brasileira e os seus trabalhadores”, destaca.

OUTROS TOQUES

Mortalidade em queda

A mortalidade infantil no País caiu de 100 para 23,3 óbitos em cada grupo de mil nascidos vivos entre 1970 e 2008. Os dados são da pesquisa Tábua Completa de Mortalidade divulgada pelo IBGE. Só na última década, a queda da taxa de mortalidade infantil foi de 30%. Nesse período, o País conseguiu evitar que cerca de 205 mil menores de 1 ano de idade morressem.

Cai diretor do BB

O Conselho de Administração do Banco do Brasil afastou dia 30/11, o diretor jurídico Joaquim Portes de Cerqueira César. Em seu lugar, assumiu o advogado de carreira da instituição Orival Grahl. Sobre Cerqueira César pesa, desde que tomou posse no órgão em 2007, uma série de denúncias de assédio moral praticado contra advogados da Diretoria Jurídica (Dijur) e que resultou em descomissionamentos e demissões sumárias, sem direito a defesa, contrariando as regras dos normativos internos do banco.

“É mentira corrente que sem o agronegócio não seria possível alimentar o povo. O agronegócio produz para exportar. Para o consumo interno, produz a sufocada agricultura familiar.”

disse Maria Santayana, ex-adida cultural do Brasil em Roma, sobre a reforma agrária no País, para a Revista do Brasil

Expectativa crescente

A esperança de vida ao nascer dos brasileiros de ambos os sexos subiu para 72,8 anos em 2008, segundo a pesquisa Tábua Completa de Mortalidade da População do Brasil, divulgada pelo IBGE. Em 2007, a esperança de vida era de 72,5 anos. Segundo o instituto, em 1998, a expectativa de vida era de 69,6 anos. Ou seja, em dez anos, a esperança de vida subiu três anos.

Mudança no registro de nascimento

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu por unanimidade que um transexual de Minas Gerais, que realizou cirurgia de mudança de sexo, poderá modificar o pré-nome e a designação de sexo sem registro da decisão judicial na certidão de nascimento. O relator do recurso, ministro João Otávio Noronha, determinou que deve ser deferida a mudança do sexo e do pré-nome que constam no registro de nascimento do autor da ação, adequando-se documentos e, dessa forma, facilitando a inserção social e profissional dele.

DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/> POSTAL EM	<input type="checkbox"/> RENTREGADO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/> PORTADOR DO SÍNDICO	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/> OUTROS:	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> RECUSADO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> FALCIDO
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	

